## ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL EXÉRCITO DE SALVAÇÃO Rua Juá, 264 - Saúde - São Paulo/SP - CEP 04138-020

CNPJ 43.898.923/0001-15

BALANÇO PATRIMONIAL (EM REAIS)

2021 PASSIVO

CIRCULANTE		6.652.147	11.417.451	CIRCULANTE	- 8	15.209.962	26.408.888			
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	2.462.939	2.419.912	Obrigações Trabalhistas		289.358	244.524			
Caixa		75.299	40.849	Obrigações Fiscais e Sociais a Rec		237.806	354.766			
Bancos Conta Movimento		1.904.083	1.868.721	Obrigações Tributárias a Recolher		15.568	36.771			
Bancos Conta Aplicações C/Prazo		483.558	510.342	Fornecedores		719.461	6.367.644			
CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS	5	2.359.155	7.472.030	Outras Obrigações a Pagar		472.533	106.578			
Clientes		2.032.441	7.135.126	Provisões Sociais e Trabalhistas		1.268.542	1.218.287			
Créditos Diversos		326.714	336.904	Empréstimos a Pagar		11.595.464	17.314.108			
OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	5	1.830.053	1.525.508	Subvenções e/ou Convênios a Realizar	12	611.231	766.209			
Antecipação a Colaboradores		216.002	166.342	NÃO - CÍRCULANTE		3.666.854	3.952.650			
Pagamentos Antecipados		1.002.820	592.956	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO						
Subvenções e/ou Convênios a Receber	12	611.231	766.209	Provisões - Passivo Contigente	14	3.666.854	3.749.938			
NÃO - CIRCULANTE		42.839.340	44.336.090	Subvenções e/ou Convênios a Realizar L	.P <b>12</b>	·	202.711			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6		557.150	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	09 e 10	30.614.670	25.392.004			
Valores mobiliários a receber		-	-	Patrimônio Social		4.959.245	4.802.196			
Empréstimos a Receber Intersociedades		-	354.438	Ajuste de Avaliação Patrimonial		20.432.760	21.022.918			
Subvenções e/ou Convênios a Receber LP	12	-	202.711	Superávit / Déficit do Exercício		5.222.664	(433.108)			
IMOBILIZADO	7	42.839.340	43.778.941							
Bens em Uso		48.787.272	49.829.328							
Construções em Andamento		2.087.413	1.844.241							
(-) Depreciação Acumulada		(8.035.346)	(7.894.628)							
TOTAL DO ATIVO		49.491.486	55.753.541	TOTAL DO PASSIVO		49.491.486	55.753.541			
DEMONSTRAÇÃO DA	AS MUTA	AÇÕES DO F	PATRIMÔNIC	LÍQUIDO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO	(EM REAIS	)				
Contas Especificações	Patrim	ônio Social	Supera	vit/Deficit do Exercício Reserva de F		Patrimô	nio Líquido			
Saldo em 31 de dezembro de 2020		5.017.439		(574.199)	21.314.452		25.757.693			
Transferido p/ patrimônio		(574.199)		574.199	-		-			
Ajuste de exercício anterior		67.421		-	-		67.421			
Realização do Ajuste de Avaliação		291.534		-	(291.534)		-			
Déficit em 2021				(433.108)			(433.108)			
Saldo em 31 de dezembro de 2021		4.802.196		(433.108)	21.022.918		25.392.004			
Transferido p/ patrimônio		(433.108)		433.108	-		-			
Realização do Ajuste de Avaliação		590.158		-	(590.158)		-			
Superávit em 2022				5.222.664			5.222.664			
Saldo em 31 de dezembro de 2022		4.959.245		5.222.664	20.432.760		30.614.670			
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31.12.2022										

Instalações Máguinas e Equipamentos

Softwares

Ferramentas

Móveis e Utensílios Computadores e Periféricos

Equipamentos de Telecomunicações Benfeitorias em Imóveis de Terceiros Construções em Andamento

Nota 01- Contexto Operacional: A Assistência e Promoção Social Exército Quadro Demonstrativo do Imobilizado em 31/12/2022 de Salvação é uma Associação sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante na área de Valor beneficente de assistência social, com atividade preponderante na área de Assistência Social, com Título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto n.º 50.517, de 2 de maio de 1961, Título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto n.º 50.517, de 2 de maio de 26 de janeiro de 1965, Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Decreto n.º 8.971, de 28 de agosto de 1970, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS n.º 240.544/70, em 09.11.1970, Pedido de Renovação em 18/12/2014, Processo n.º 71000.141741/2014-00, certificado de inscrição na Utilidade Pública Estadual: Certidão SJDC n.º 578/2015 - Lei n.º 2.574/80 e Cadastro no Pró-Social: D.O.E 07.08.73, Decreto Estadual n.º 9.486 de 13.09.1973 - Registro n.º 2874, certificado de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social n.º 255/2012, Decreto n.º 38.877 de 21.12.99 - Validade: 30/04/2019. Em cumprimento às suas finalidades sociais, a APROSES mantém 26 instituições - filiais incluindo matriz, intituladas como projetos e adade: 30/04/2/19. Em cumprimento as suas finalidades sociais, a APROSES mantiém 26 instituições - filiais incluindo matriz, intituladas como projetos e obras sociais, com repasse de verbas, em parte procedentes do exterior. Tem como finalidade estatutária, conforme artigo 2º: a) promover a assistência social em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Lei Orgânica da Assistência Social - nº 8.742/93 cumulado com o Decreto 6.308/07, guardadas as seguintes diretrizes e limites legais; 1 - Não fará discriminação de raça, sexo, cor, idade, credo religioso ou político, etnia, gênero, orientação sexual, bem como condição social, o que garantirá a universalidade do atendimento, inclusive para pessoas com deficiência, independentemente de contraprestação do usuário; II - Manterá a finalidade pública, sempre que financiada pelo Estado, não obstante possuir natureza privada, e observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, efetividade e congruência.

Nota 02 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Na elaboração das demonstrações contábeis de 2022, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei Nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei Nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis contábeis do as demonstrações contábeis contábeis das demonstrações contábeis contábeis das efectos de a processo de consecuencia se práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábeis das contábeis d mantém 26 instituições - filiais incluindo matriz, intituladas como projetos e

ATIVO

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábeis, Resolução Nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução Nº 1.376/11 (NBC TG 26 R3), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e especialmente a Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1), para as Entidades Sem Finalidades pela Lurgos que estabelece critários e nocedimentos específicos lução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1), para as Entidades Sem Finalidades de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a se-rem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros. Nota 03- Formalidade da Escrituração Contábil Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000): A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contem o número de identificação dos lançamentos rela-cionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou na sua cionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatuárias, serão transcritas no "Diário" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por

de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por 
todos os documentos, livros, papeis, registros e outras peças, que apolam 
ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas 
na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

Nota 04 - Principais Práticas Contábeis Adotadas: a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC № 1.296/10 (NBC
-TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC № 1.376/11
(NBC TG 26 R3) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores 
contabilizados neste sub-grupo representam moeda em caixa e depósitos 
à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou 
até 90 (noventa) dias e que estão sujettos a insignificante risco de mudança mas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor; b) Aplicações de Liquidez Imediata: As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço; c) Ativos circulantes e não circulantes. Contas a receber de clientes - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e/ou contratado. d) Imobilizado - Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 07 e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC Nº 1.177/09 (NBC - TG 27). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse tiem do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. e) Passivo Circulante e Não Circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargo incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. - Provisões - Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. f) Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. g) Provisão de Férias e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. h) Provisão de 13º Salário dos pelos empregados até a data do balanço. h) Provisão de 13º Salário e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. i) As Despesas e as Receitas: Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência. j) Apuração do Resultado: O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão recophecidas no resultado. pelos empregados até a data do balanço. h) Provisão de 13º Salário

suas realizações estão reconhecidas no resultado. Nota 05 - Clientes e Outros Recebíveis e Outros Ativos Circulantes: Este grupo é composto pelos seguros, assinaturas contratadas, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal, bem como adiantamentos, valores a recuperar e outros valo-res a receber das atividades sustentáveis. Nota 06 - Ativo Não - Circulante (Realizável a Longo Prazo): Este grupo está composto por valores a receber e recuperar, onde consistem de valores

Nota 06 - Ativo Nao - Circulante (Realizavel a Longo Prazo): Este grupo está composto por valores a receber e recuperar, node consistem de valores cujos vencimentos ultrapassam o exercício subseqüente.

Nota 07 - Ativo Não - Circulante (Imobilizado): Os ativos Imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição ou doação, deduzidos da depreciação do período, originando o valor liquido contábil, combinado com os seguintes aspectos: • Reavaliação de parcela dos bens (terrenos e edifficios), com base em laudo de avaliação emitido por empresa especializada; • Depreciação calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 7, que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens. - As taxas anuais de depreciação são as seguintes: (a) Edifícios - entre 1,61% e 5% ao ano; (b) veículos - 20% ao ano; (c) benfeitorias - 4% ao ano; (d) computadores e periféricos - 20% ao ano; (e) ferramentas - 10% ao ano; (f) máquinas e equipamentos - 10% ao ano; (f) máquinas e equipamentos - 10% ao ano; (f) máquinas e equipamentos - 10% ao ano; (f) máquinas e emitido por empresa especializada e credenciada. Em consequência, foi contabilizado o ajuste de avaliação, no montante de R\$ 24.223.669,28, a crédito de reserva específica no patrimônio social - Na avaliação efetudad foram considerados os seguintes aspectos: Para determinados imóveis, considerando a sua localização, tipo de construção, conservação e valorização imobiliária, foi impraticável segregar ou atribuir valor aos terrenos e construções. Em decorrência, para alguns imóveis foram atribuidos valores somente para os terrenos e em outros casos a avaliação foi efetuada foram esceleidos em dação cuiração, no caso da serrenos recebidos em dação cuiração foi contabilização foi pos escentração escentruçãos. tros casos a avaliação foi efetuada de forma geral, sem atribuir valor aos terrenos e construções. No caso dos terrenos recebidos em doação, cuja documentação contém cláusula restritiva quanto à possibilidade de venda do terreno (a entidade não pode aliená-lo sob qualquer hipótese), a ava-liação foi efetuada somente para as edificações e, por esse motivo, estão apresentadas na rubrica "Benfeitorias em terrenos com restrições". Quadro de estimativa de ICMS Devido: Cálculo ICMS e Multas Retroativos 5 anos (prescrição)

Descrição dos Bens 30.888.434 Depreciação Anual Edifícios 13.219.664 4.153.048 1,61% A 5% Máquinas e Equipamentos 630.699 Móveis e Utensílios Computadores e Periféricos 590.021 493.068 20% 2.410.372 20% Equipamentos de Telecomunicações 27.986 19.167 Benfeitorias em Imóveis de Terceiros 243.172 9.727 Construções em Andamento .844.241 8.035.346 50.874.685 Terrenos Edifícios Bens Imóveis com Avaliação Segregada 30.888.434 13.219.664 44.108.098 44.608.098 Benfeitorias em Terrenos com 53,419 53.419 (4.163.737) (3.830.984) 39.997.781 40.830.533 Bens Móveis e Outros

audalizados e completera o Pariminionio Socia, veduzido o dentra de securida ocorrido, os bens recebidos através de doações patrimoniais e o ajuste de avalia-ção patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercí-cio em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado. Nota 10 - Ajuste de Avaliação Patrimonial: Em consonância com a Resolução

Nota 11 - Ajuste à valor Presente Resolução 1.511/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a 12): Em cumprimento a Resolução 1.511/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos suplactadas à clinuade deve elevan o Ajuste valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa o valor de um direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implicitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisarmos os saldos contábeis (operações e/ou critério da essência sobre a forma) dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Estidada. A despiratora contrade um a 75 foi paragráfica federa A funta contrade um a 75 foi paragráfica federa A funta contrade um a 75 foi paragráfica federa A funta contrade um a 75 foi paragráfica federa A funta contrade um a 75 foi paragráfica federa A funta contrade um a 75 foi paragráfica federa A funta contrade um a 75 foi paragráfica federa de 100 foi paragrafica federa federa federa de 100 foi paragrafica federa feder Entidade, a Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circu-lante) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09 que aprova a NBC TG 12, onde descreveremos a seguir as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • todas as transações que dão origem a ativos ou passivos, receitas ou

(NBC TG 07): São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo of fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de suas subvenções governamentais, atendeu a Resolução CFC № 1.305/10 que aprovou a NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC № 1409/12 (R1) que aprovou a ITG 2002. A entidade recebeu no decorrer do período as seguintes subvenções do Poder Público Federal, Estadual, Municipal e Privados:

Concedentes

2022

2021

Governos Municipais

3.639.472

2.131.461

Governos Estaduais 9.994

Nota 13 - Do Restalado do Exercicio: O superlavit do vecicido de 2022 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC № 1.409/12 (R1) que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

Nota 14 - Provisão Passivos Contingentes (Resolução CFC № 1.180/09 NBC TG 25): Em atendimento a Resolução CFC № 1.180/09, e respaldado por um documento recebido da Assessoria jurídica, constando os processos administrativos et ou lutrificial (fiscais et ou trabalhista et ou tributários et ou lutrificial fiscais et ou trabalhista et ou tributários et ou lutrificial fiscais et ou trabalhista et ou tributários et ou lutrificial fiscais et ou trabalhista et ou tributários et ou lutrificial fiscais et ou trabalhista et ou tributários etc.

de análise, há possibilidade de que o período anterior à publicação dessa Lei Complementar tenha a citada imunidade reconhecida pela via judicial, ante os entendimentos jurisprudenciais favoráveis e, também, com base na declaração da inconstitucionalidade formal e material de determinados dispositivos expressos na Lei 12.101/2009 por parte do Supremo Tribunal Federal."

Quadro de Renúncia Fiscal - 5 anos: **2018 2019 2020 2021 2022 1.047.612 1.036.811 1.180.420 1.306.107 1.340.405** CSLL

INSS - Quota Patronal Total res sem Multas ou Correções). Processo de ICMS: "Além disso, cumpre-nos informar que a APROSES está promovendo os atos legais necessários à regularização das atividades executadas no âmbito do Salva-shopping, no sentido de fazer os devidos cadastros junto às Fazendas Estaduais, bem como formalizar os pedidos necessários para o reconhecimento da Imunidade/Isenção em relação ao ICMS e de dispensa do cumprimento das obrigações acessórias". Hoje fosse a exigibilidade exercida pelo poder público a dívida da entidade seria:

Multa Pgto ICMS 70% 1.836.891 Multa Estoq 20% Emiss. NF 50% 7.289.252 1.918.913 548.261 1 953 170 558 049

2.876.057

3.336.375 11.921.407

2022 26.918.375 26.479.166 4.766.250
Totais 96.711.718 94.614.343 17.030.532
Projeção ICMS devido sem correção monetária UFESIP Baseado no critério de Presunção Nota 15 - Demonstração do Fluxo de Caixa: A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC № 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC № 1.296/10 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC № 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

Nota 18 - Caracteristica da Isenção: A Assistência e Promoção Social Exército de Salvação é isenta à incidência das Contribuições Rocebidas: Eventualmente a Entidade privado, previsto no artigo 12 da Lei № 9.532/97 e artigo 1º. da Lei № 12.101/09 
 Nota 16 - Doações e Contribuições Recebidas: Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas físicas e/ou juridicas, previstas no seu Estatuto Social, artigo 34 - Recursos Privados, incisos I e VI, conforme demonstrativo em anexo:
 2022
 2021

 Contribuições Recebidas

 Doações Recebidas
 983.409
 986.735

 Total
 983.409
 986.735

Fat. Ajustado (-) 2% 14.578.503

15.229.469

15 501 353

22 825 852

2.741.304

4.108.653

Fat 14.933.292

15.600.100

15.878.600 23.381.351

2019 2020 2021

7.614.735

7 750 677

11.412.926

13.239.583 **47.307.171** 

821.731

953.250 **3.406.116** 

privado, previsto no artigo 12 da Lei N° 9.53/2/9 e artigo 17 o a Lei N° 12.01/109 (alterada pela Lei 12.868/13 e Decreto 8.242/14), e por isso é reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), no qual usufrui das seguintes características: • a Instituição é regida por legislação infraconstitucional; • a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contra-partida); • existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidades é dispensada de pagar o tributo; • há o DIRETORIA

(EM REAIS)			
CEITA BRUTA SERVIÇOS	N.E.	2022	2021
+) Receita Bruta Prestação Serviço	_		
ıćacional:		2.887.752	1.913.270
Subvenções e/ou Convênios Públicos	_		
uotojo (NIPC TC 07)	12	1 017 220	1 506 007

.858

2.887.752 2.887.752

(143.985)

(218.584

(12.999

(28.929

(13.228

1.017.077

135.012 66.871

(703.605)

(673.689)

(553.892

(120.301) (265.215) (126.543)

17 e 18 (1.047.735) (1.424.665)

26.918.375 23.583.823

29.275.109 27.530.196

(20.744.546)(22.560.811)

(2.763.830) (3.188.246)

(4.420.289)

(5.065) (2.436)

(7.470)

2021 (433.108)

67.421

(20.056

5.502.939

(281.576)

20.056

666.178

\_(120.327)

(2.474.871)

(4.305.598)

(1 273 608)

(1,399,067

**2022** 5.222.664

(459.523) 126.291

5.336.792

(5.824.595)

365.955

(126 291)

(202.711)

(112.846) **798.884** 

(5.718.644)(5.718.644)

43.027

5.112.876 (6.689.640)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

17 e 18

16 6.520.943

251.198

(236.293

(14.861)

(18.360) (20.382)

5.453.603

28.284 **8.000.238** 

(52.801)

628

(536.931

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT E/OU DÉFICIT DOS PERÍODOS

RECEITA BRUTA SERVIÇOS	N.E.	2				
1 - (+) Receita Bruta Prestação Serviço	_					
Educacional:		2.887.				
(+) Subvenções e/ou Convênios Públicos						
p/Custeio (NBC TG 07)	12	1.817.				
(+) Doações Pessoas Físicas e/ou Jurídicas						
p/Custeio (ITG 2002)	16	634.				
(+) Receitas Internas		6.				
(+) Rendimento s/ Aplicações Financeiras	04 - b	8.				
(+) Receita de Isenção Usufruida	17 e 18	420				

1.2 Receita Líquida de Prestação Serviço Educacional 1.4 (=) Superávit/Déficit Bruto Servico Educacional

1.5 (-) Despesas Operacionals Área Educacional: 1.5.1 (-) Despesas Administrativa e Operacional: (-) Gastos c/ Pessoal e Encargos Despesas Administrativas Manutenção

) Manuterição ) Depreciação/Amortização ) Gerais ) Despesas Financeiras ) Manutenção Veículos ) Despesas Tributárias ) Despesa de Isenção Usufruida

(-) Despesa de Isenção Usufruída 1.6 (=) Superávit/(Déficit) do Educacional 2. (+) Receita Bruta Prestação Área Social: (+) Subvenções e/ou Convênios Públicos prCusteio (NBC TG 07) (+) Doações Pessoas Físicas e/ou Jurídicas p/Custeio (ITG 2002)

(+) Receitas Internas (+) Rendimento s/ Aplicações Fin. (+) Receita de Isenção Usufruida (+) Receitas Trabalho Voluntário 2 Receita Líquida de Prestação Área Social 2.4 (=) Superávit/Déficit Bruto Área Social 2.5 (-) Despesas Operacionais Área Social: 2.5.1 (-) Despesas Administrativa e Operac (-) Gastos c/ Pessoal e Encargos

Benefícios Despesas Administrativas Manutenção ) Manuterição ) Depreciação/Amortização ) Gerais ) Despesas Financeiras ) Manutenção Veículos ) Despesas Tributárias Despesa de Isenção Usufruida Despesa de Trabalho Voluntário 6 (=) Superávit/(Déficit) do Área Social - (+) Receita das Atividades Sustentávo

Receitas Internas Receita das Atividades Sustentáveis ) Rendimento s/ Aplicações Financeiras (\*) Receita de Isenção Usufruida 3.2 Receita Líquida de Atividades Sustentáveis 3.4 (=) Superávit Bruto das Atividades Sustentáveis 3.5 (-) Despesas Operacionais Atividades 3.5.1 (-) Despesas Operacionais Atividades

Benefícios

Gastos c/ Pessoal e Encargos

Despesas Administrativas

Manutenção
Depreciação/Amortização

Despesas de Produção

Despesas Financeiras

Contas a Receber

Despesas Antecipadas

Subvenções e / ou Convênios a Receber Realizavel a Longo Prazo Total de Acréscimos/Decréscimos do AC + ANC

Necensa Antecipadas Subvenções e / ou Convênios a Receber Subvenções e / ou Convênios a Receber - Longo Prazo Provisões Trabalhistas e Passivo Contingente Total de Acréscimos/Decréscimos do PC + PNC

- TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS 2 - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Venda de Imobilizado (-) Novas Aquisições de Ativo Imobilizado 2 - TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS 3 - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

Empréstimos a Pagar
3 - TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido

diretto (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não e exercido. 
Nota 19 - Requisitos Para Manutenção da Isenção Tributária: A Assistência e 
Promoção Social Exército de Salvação é uma entidade beneficente de assistência social (possui CEBAS) e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo 
artigo 29 da Lei № 12.101/09 (alterada pela Lei 12.868/13 e Decreto 8.242/14), 
cumpri os seguintes requisitos: ESTATUTÁRIOS: • não percebe a seus diretores 
conselheiros, sócios, instituidores ou beneficios, remuneração, vantagens ou 
beneficios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das 
consolables funçãos cu tituidade en que hos espensa etin de pelos respues

competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respec-tivos atos constitutivos (art. 23 do Estatuto Social); • aplica suas rendas, seus recursos e ventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais (art. 37 do Estatuto Social).

não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto (art.38 do Estatuto Social); a atende o princípio da universalidade do atendimento, onde <u>não</u> directiona suas atividades exclusivamente para seus associados (as); • tem previsão nos seus

atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do even-tual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas (art.42 do Estatuto Social); • consta em seu estatuto social a

natureza, objetivos e público-alvo compatíveis com a Lei Nº 8.742/93 (LOAS) e

natureza, objetivos e público-alivo compatíveis com a Lei N° 8.742/93 (LOAS) e Decreto N° 6.308/07 (art.2º do Estatuto Social) - ESTE ITEM SE APLICA PARA AS ENTIDADES DE ASSISTENCIA SOCIAL COM PREPONDERÂNCIA OU NÃO NESTA ÁREA. <u>OPERACIONAIS E CONTÁBEIS</u>: • possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos adminis-trados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidad do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; • mantêm sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em

gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; • conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a

origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial, • cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; • elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legal-

mente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

21 - Nota 20 - Contribuições Sociais Usufruídas (Isentas): AAPROSES é uma entidade que goza, nos termos dos artigos 150 e 195 da Constituição Federal e dos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, de imunidade e isenção tributária a níve

(1+2+3) VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES

VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO CAIXA É EQUIVALENTES DE CAIXA

Acréscimo / Decréscimo do PC + PNC

Contas a Pagar/ Fornecedores Receitas Antecipadas

27.986 27.986 ) Manutenção Veículos ) Despesas Tributárias (\*) Despesa de Isenção Usufruida 17 ( 3.6 (=) Superávit/(Déficit) do Operacional Atividades Sustentáveis (=) Superávit/(Déficit) do Período (toda Entidade) Nota 08 - Obrigações a Curto Prazo (PASSIVO CIRCULANTE): Este grupo está composto pelo seu valor popinal está composto pelo seu valor pelo seu valor popinal está composto pelo seu valor popinal está composto pelo seu valor popinal está composto pelo seu valor p Nota 08 - Obrigações a Curto Prazo (PASSIVO CIRCULANTE): Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais-empregaticias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

Nota 09 - Patrimônio Líquido: O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, deduzido do déficit do exercício 1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS 1 - AITVIDADES OPERACIONAIS
Superávit/(Déficit) do Periodo
Ajustes de Exercícios anteriores
Depreciação/Amortização
Superávit/(Déficit) do Exercício Ajustado
Acréscimo / Decréscimo do AC + ANC

23.876

971.575

309.747

23.876

924.399

262.301 571.797

291.209

CFC № 1.159/09 (CTG 2000) e a Lei 11.638/07 a criação da conta Ajuste de Avaliação Patrimonial faz parte do Patrimônio Líquido como um grupo especial, uma vez que os valores nela contabilizados não transitaram pelo resultado e são oriundos de aumentos de valores atribuídos a elementos do ativo, em decorrência de sua avaliação a preços de mercado. Nota 11 - Ajuste a Valor Presente Resolução do CFC № 1.151/09 (NBC TG

despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contra-partida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • as operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como fi-nanciamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela Re-solução 1.187/09 que aprova a NBC TG 30, que trata de receitas; • operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. reconhecidas por seu valor presente. Nota 12 - Subvenções e/ou Convênios Públicos Resolução CFC № 1.305/10 (NBC TG 07): São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com

Governos Estaduais Governo Federal 194.843 176.200 Total

Nota 13 - Do Resultado do Exercício: O superávit do exercício de

por un documento recebido da Assessoria Juridica, constanto os processos administrativos e/ou judiciais (fiscais e/ou trabalhistas e/ou tribulários) que a Entidade possui e a situação provável com suficiente segurança das perdas desses valores, constituímos uma provisão nesse sentido. Processos CEBAS:-5026003-17.2020.4.03.6100-Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social. CEBAS - Nota sobre o Processo de Reabilitação da Entidade: "Ressalta-se que, em relação ao Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, com a publicação, em dezembro/2021, da Lei Complementar 187/2021, a partir de então, essa certificação passou a ser fundamental para que a APROSES possa usufrur a Imunidade das Contribuições Sociais. Diante disso, não obstante o indeferimento do pedido de renovação referente ao exercício de 2016, o qual foi objeto de Recurso que, atualmente, encontra-se pendente de posição de

Entrada/Saída 20% Cupom Fiscal 2% 291.570 3.045.894 304.589 3 100 271 310 027 4.565.170 1.392.237 100.430.432

federal, estadual e municipal, sendo reconhecida como de utilidade pública no âmbito federal, estadual e municipal através dos Decretos nº 50.517, de 2 de maio de 1961, nº 8,668, de 26 de janeiro de 1965, en º 8,977, de 28 de agosto de 1970 respectivamente, possuindo, ainda, os seguintes certificados emitidos por órgãos governamentais: - certificado de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social nº 255/2012, Decreto nº 38.877 de 21.12.99 - Validade: 30/04/2019. - cer-tificado de inscrição na Utilidade Pública Estadual: Certidão SJDC nº 578/2015 tilicado de inscriçao na Utilidade Publica Estadual: Certidao SJDC nº 5/8/2015.

- Lei nº 2.574/80 e Cadastro no Pró-Scoial: D.C. B 07.08.73, Derreto Estadual

nº 9.486 de 13.09.1973 - Registro nº 2874 • certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social

- CNAS nº 240.544/70, em 09.11.1970. Pedido de Renovação em 18/12/2014.

Processo nº 7.1000.141741/2014-00. A Assistência e Promoção Social Exército
de Salvação com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em
análise do triênio 2010/2011/2012, no Ministério do Desenvolvimento Social e
Combate à Fome, conforme processo No 71000.059767/2012.35, requerimento

protocolado em 28/06/2012, no qual usufrui da Isenção Tributária até o julgamento do seu processo, conforme determina o artigo 8o. do Decreto № 7.237/10. A Assistência e Promoção Social Exército de Salvação com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em análise do triênio 2013/2014/2015, no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Forne, conforme processo. No (71000.141741/2014-00), requerimento protocolado em (18/12/2014), no qual usufrui da Isenção Tributária até o julgamento do seu processo, conforme deter-mina o artigo 8o. do Decreto № 8.242/14. A Assistência e Promoção Social Exército de Salvação com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em análise do triênio 2016/2017/2018, no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme processo No (71000.080921/2017-42), requerimento Combate a Forme, conforme processo No (71000.08092/1/2017-42), requerimento protocolado em (14/12/2017), no qual usufrui da Isenção Tributária até o julgamento do seu processo, conforme determina o artigo 8o. do Decreto № 8.242/14. Conforme o artigo 29 da Lei № 12.101/09 (alterada pela Lei 12.868/13 e Decreto 8.242/14) entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não é pago. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍ.

DAS: • 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais; • RAT. SAT(1%, 2% ou 3%) • TERCEIROS (4,5% - Educação e Social e 5,8% - Saúde) • COFINS - 3%. Em 2022, o montante da isenção da quota patronal da Contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS totalizou R\$ 3.013.601, (2021 - R\$ 3.067.821), estando apresentada na demonstração do superávit (déficit) como receita e custo de benefício usufruído.

Nota 21 - Cobertura de Seguros: Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor conside-rado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo princi-palmente o Princípio de Contábil de Continuidade.

Nota 22 - Instrumentos Financeiros: O valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A entidade não possui operações com instrumentos financeiros não refletidas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. assim como não realizou operações com derivativos financeiros. São Paulo, 31 de dezembro de 2022.

Julio Cesar Moreira dos Santos - Contador CRC 1SP300231/O-0 - CPF 376.690.708-27